

Jorge de Oliveira

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NAS DÉCADAS DE 80 E 90 nas freguesias de Santo António das Areias e Beirã

(Separata)

Memórias
das Freguesias
de Santo António
das Areias e Beirã

IBN MARUÂN – Rev. Cultural de Marvão
N.º Especial 2021, ISBN 978-989-566-040-7,
ISSN 0872-1017, Lisboa, 2021, pp. 619-636

ابن مروان
IBN MARUÂN
Revista Cultural do Concelho de Marvão

100

95

75

25

5

0

Título
**Memórias das Freguesias
de Santo António das Areias e Beirã**
(Número especial 2021 da Revista «IBN MARUAN»)

Edição
Câmara Municipal de Marvão / Edições Colibri

Coordenação
Jorge de Oliveira (CHAIA / Univ. de Évora)

Cada artigo é da responsabilidade exclusiva dos seus
autores

Design gráfico
Veludo Azul, Audiovisuais e Comunicação Lda.

Depósito legal n.º 479 986/21

ISBN 978-989-566-040-7

ISSN 0872-1017

Marvão, Março de 2021

100

95

75

25

5

0



Jorge de Oliveira
(CHAIA / Univ. de Évora)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NAS DÉCADAS DE 80 E 90 nas freguesias de Santo António das Areias e Beirã

O apogeu da indústria em S.A.A.

Com a Revolução de Abril de 1974 mas, sobretudo, com a independência das colónias e subsequente abertura de Portugal à economia exterior, que já se começava a globalizar, as diferentes indústrias instaladas em Santo António das Areias começam a ressentir-se e o seu mercado a ficar cada vez mais fechado. Até meados da década de setenta do século XX a procura de mão de obra, sobretudo a sazonal, que correspondia ao período das conservas de enlatados (tomate, pera e azeitona) e no Natal e na Páscoa (chocolates e amêndoas respectivamente), absorvia todo o assalariado disponível. Com as indústrias de calçado, fosse a Ebro, com as sapatilhas, fosse a Celtex, com as borrachas, esta especialmente vocacionada para botas para o exército colonial, não havia desempregados no concelho de Marvão, nem nos vizinhos. Todas as manhãs, pelo menos duas camionetas de caixa aberta com bancos de madeira corridos recolhiam até mais de 30 km pessoas que iam trabalhar nas indústrias instaladas quer em Santo António das Areias, quer na Herdade do Pereiro. Mal se acabava a escolaridade obrigatória, a 4ª classe, bastava aparecer à porta de uma qualquer das fábricas e imediatamente transformava-se em empregado fabril.

A emancipação feminina

A empregabilidade feminina, que retirou do campo, mas sobretudo do ambiente doméstico a maior parte das mulheres contribuiu para aquilo a que poderíamos chamar de "revolução de costumes" neste interior alentejano. A independência financeira que o trabalho feminino propiciava provocou profundas alterações sociais, que um dia um estudo estatístico irá bem revelar. Os casamentos, ou ajuntamentos, como se dizia na época, proliferaram, o tradicional controlo que as moralistas mães queriam ter sobre as casamenteiras filhas já não surtia efeito, porque ao fim do mês o dinheiro que lhes era entregue na secretaria das fábricas permitia-lhes algumas veleidades até aí impensáveis. Seria espectacular que o número de divórcios aumentasse mas, aparentemente, tal não se verificou. Pelo

contrário, denotou-se um decréscimo, ou pelo menos começou-se a ouvir falar menos da violência doméstica. A autonomia financeira que a mulher desta região passou a ter permitia-lhe fugir ou diretamente afrontar alguma violência que se comesse a manifestar da porta de casa para dentro. Se por um lado esta autonomia financeira que desde cedo a juventude começava a ter ao encontrar trabalho nas várias indústrias afastou dos estudos muitos que, com algum esforço familiar, os poderiam ter continuado, por outro lado passou a responsabilizar, profissionalmente, mais cedo, toda uma geração.

Trabalho/ prosseguimento de estudos

A abertura da Telescola e o prolongamento do ensino básico obrigatório até ao denominado "ciclo preparatório", portanto seis anos de escolaridade, veio, de alguma forma, colidir com muitas das expectativas que grande parte da juventude tinha ao encontrar alguma autonomia financeira nas indústrias. Algum tempo mais tarde, de quando em vez, brigadas de inspetores apareciam nas fábricas para tentar descobrir jovens a trabalhar com menos de 14 anos e sem a escolaridade obrigatória completa. Obviamente que alguns eram apanhados, mas também havia uma forma simples de dar a volta ao assunto até perfazerem a idade mínima, pois muito trabalho fabril era desenvolvido em casa dos operários. O embalamento de rebuçados e chocolates e o coser das solas das sapatilhas ocupavam até longas horas da noite famílias inteiras, que, ao som da enfadonha Emissora Nacional, lá iam ouvindo as notícias filtradas da Guerra de Angola ou a sempre presente Amália, para não falar nas radionovelas, como a célebre Cochinha do Tide.

O fenómeno das motorizadas

Embora a economia local se encontrasse minimamente estabilizada, as reservas monetárias não davam para que a maioria dos operários se aventurasse a comprar um automóvel. Novos eram demasiadamente caros para os ordenados da época e em segunda mão, quando apareciam, estavam prontos para ir para sucata. Assim, à volta das fábricas, várias dezenas de motorizadas passavam o dia estacionadas esperando que o silvo das 18h libertasse das máquinas os operários que, apressadamente, se dirigiam para as suas velozes e reluzentes, mas sobretudo ensurdecedoras máquinas de 49,9 cc. Eram as Macal, as Casal, as Zundap e as Saches e, raramente, porque substancialmente mais caras, alguma vaidosa V5. E antes de se fazerem até casa, onde alguma horta ainda os esperava, davam duas ou três voltas à aldeia em velocidades estonteantes, exibindo às perspetivadas namoradas os seus dotes de condutores. Aguardava-os, neste ou naquele cruzamento, a patrulha da G.N.R.: "O capacete está atado?", "Os documentos estão em dia?", "A luz de stop acende?"... "E o silencioso do escape onde está?", "Com tanto barulho, o silencioso não está na motorizada... está multado!" Mas alguém se lembrou que a legislação diria, num qualquer artigo, que o velocípede teria que ter silencioso, mas não estava lá escrito que tinha que estar montado no escape, como

seria óbvio! Quando a notícia se começa a espalhar de que a patrulha da G.N.R. não podia multar desde que o silencioso estivesse num qualquer compartimento da motorizada, nem que fosse atado com um arame sob o porta bagagens, eis que as autoridades ficam algo baralhadas e deixam de multar, mas a vingança não se fazia esperar... Ou era o refletor que estava sujo, ou os pneus que estavam sem rasto, ou o espelho que estava partido, ou as sempre fundidas lâmpadas da chapa de matrícula não acendiam... e as multas lá iam aparecendo. E tinham mesmo que aparecer, para não acontecer o mesmo que já tinha acontecido a um simpático G.N.R. que, no final do ano, não tinha registado nenhuma multa e por isso ficou sem direito a férias no ano seguinte. E assim se ia vivendo o dia-a-dia. Mas, por mais controlo que a G.N.R. quisesse ter, os acidentes com as já acelerativas motorizadas, demasiado acelerativas, quer para a qualidade das estradas, quer para a sua estabilidade, sucediam-se com demasiada frequência. As pernas e clavículas partidas eram quase tão frequentes quanto a amputação de dedos nas máquinas de corte dos moldes de borracha da Celtex ou nas máquinas de descaroçamento da fábrica das azeitonas.

O declínio da indústria em S.A.A. e suas consequências

A vida ia decorrendo... mas os tempos estavam a mudar. Com a Revolução de 1974 o mercado das colónias parou de repente, as conservas não conseguiam competir com a qualidade e preço das estrangeiras, as alpergatas não se modernizaram e outras marcas mais apetitosas começaram a encher as montras das lojas. Os produtos sazonais, como chocolates e amêndoas, já não garantiam a rentabilidade da empresa. Os donos, ou os gerentes das fábricas, não souberam, ou não quiseram, modernizar-se e adaptar-se aos novos tempos que estavam a chegar e, nos finais da década de setenta, mas sobretudo nos inícios da de oitenta, os sons estridentes dos motores de 49,9cc começaram a deixar-se de ouvir às 18h da tarde. A G.N.R. começou a ter menos multas para passar e o movimento de Santo António e aldeias vizinhas começou a esmorecer. O desemprego aumentou em flecha, primeiro entre os mais jovens e mulheres e depois também entre os homens.

O fenómeno não se cingiu só ao concelho de Marvão e o Governo, para contornar este impacto social, para além do subsídio de desemprego, criou os Programas de Ocupação em Contexto de Trabalho, conhecidos popularmente por P.O.C., para desempregados de maior duração e que, quando afetos a qualquer atividade de carácter social, recebiam ainda o subsídio de alimentação. Pela mesma altura, anos 80 do século XX, o Governo cria o Programa de Ocupação de Tempos Livres (O.T.L.) para ocupar os mais jovens na altura das férias de verão que, quando em atividades de carácter social, recebiam uma pequena compensação monetária correspondente ao subsídio de alimentação.

A investigação arqueológica em S.A.A e Beirã na década de 80 e princípios da de 90

Todo este contexto social vem a propósito da forte dinâmica de investigação arqueológica que vai decorrer nas freguesias de Santo António das Areias e Beirã durante toda a década de 80 e parte da de 90, já enraizada nos trabalhos desenvolvidos na década de setenta pelo, já então, extinto G.D.I.C. (Grupo de Dinamização Cultural de Santo António das Areias).



O interesse pelo estudo do património megalítico e romano desta zona das margens do Rio Sever decorre de um projeto de investigação aprovado pelas entidades da tutela (primeiramente S.R.A.Z.S., depois I.P.P.A.A.R. e posteriormente I.G.E.S.P.A.R.) que, para além de nos autorizarem a desenvolver estes estudos, atribuíam-

-nos simbólicos subsídios monetários para fazer face às despesas decorrentes destas investigações. Obviamente que quantias que se situavam entre os 50 e os 80 contos (250 a 400 euros) para campanhas de 15 dias de campo eram completamente incapazes de fazer frente às despesas com pessoal, transportes, alimentação, fotografia, topografia, material de escavação e desenho e, múltiplas vezes, recurso a máquinas para remoção de pedras de grandes dimensões. Então, as entidades da tutela incentivavam, explicitamente, os arqueólogos a procurar junto das autarquias locais e dos Governos Cívicos apoios complementares para estas investigações, informando-nos de que havia verbas a que as câmaras podiam recorrer diretamente para apoiar estas iniciativas. E todos os verões lá nos dirigíamos ao presidente da câmara da altura, primeiramente o saudoso Sargento Paz e depois ao Sr. Andrade, solicitando apoio para os trabalhos de investigação que queríamos desenvolver na área norte do concelho de Marvão. Compreendendo o interesse que culturalmente estas iniciativas tinham, sempre obtivemos resposta positiva destes dois autarcas. Com algumas dezenas de contos, em média igual montante ao que a entidade da tutela nos atribuía (entre os 250 e os 500 € em valores atuais) para toda a campanha de 15 dias, os respetivos autarcas



cediam-nos também sempre mão de obra que estava no desemprego (P.O.C.) ou jovens em férias (O.T.L.) para nos ajudarem nos trabalhos de investigação que pretendíamos desenvolver. Recorde-se que nessa altura a participação de jovens universitários era muito rara, até porque ainda, espante-se, não havia licenciaturas de Arqueologia e montar campos de trabalho com jovens oriundos de outras zonas do país, ou do estrangeiro, implicava uma logística muito complexa e inviável para os recursos de que uma autarquia como a de Marvão poderia dispor.

Assim, desde 1981, e durante mais de 12 anos, desenvolvemos investigações arqueológicas em monumentos nas freguesias de Santo António das Areias e Beirã com equipas formadas por mão de obra fabril no desemprego, ou jovens estudantes do ensino secundário em férias, em busca de uns trocos que os ajudassem a pagar os copos que as noites quentes estimulavam.



Para todos foi uma experiência inolvidável. Para mim, enquanto arqueólogo, tinha uma missão duplamente complexa; por um lado, dirigir cientificamente um processo de investigação de enorme responsabilidade e rigor e, por outro, converter empregados fabris, maioritariamente com a 4ª classe, em investigadores que não distinguiam um qualquer bloco de pedra de uma peça talhada com mais de 5000 anos. Ensinar que cavar não é a mesma coisa que escavar, que na matéria orgânica não se pode tocar com as mãos para não a contaminar, que todas as peças antes de retiradas do terreno têm que ser georreferenciadas e fotografadas, que todos os materiais encontrados têm uma ficha, que tem que ser preenchida e colocada dentro dum saco de plástico, que todo o terreno está quadriculado com



fios de nylon e pregos, que não podem sair do sítio e nem ser partidos e, pior ainda, e mais difícil de explicar, que nenhum animal, seja cobra, sapo, *alacrau*, centopeia, alcranço ou mesmo um pobre dum escaravelho, não pode ser morto. E... ai de quem matar um animalito intencionalmente... Tal aviso gerava os mais diversos comentários:



"Mas, ó *stor*, não podemos mesmo matar os *alacraus*?", "Nem os *bíbaros*?", "Este *stor* não está bom da cabeça. Não nos deixa matar bicho nenhum...", "Mas, se ele não vir, que me apareça um alicranço na frente que logo vê o fim que leva!!!!!!" Mas não levava outro fim que não fosse mudarmos o seu local de residência. Aquela boa gente de Santo António, da Beirã, dos Barretos e dos Cabeçudos, a quem sempre ensinaram que os bichos

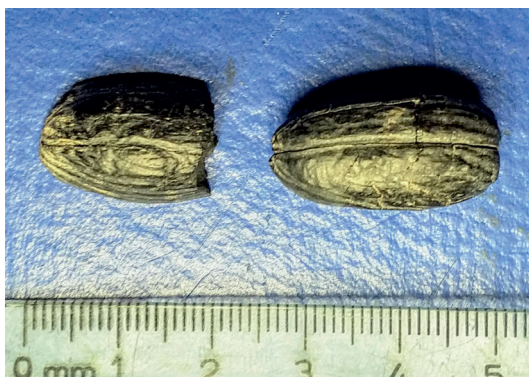
rastejantes são para matar, gradualmente começaram a compreender que na Natureza todos temos o nosso espaço e podemos conviver em paz. Se ao princípio, quando aparecia um *alacrau*, lá ia eu apanhá-lo com uma pá e colocá-lo a uns quantos metros de distância, em pouco tempo eram aquelas mãos que toda a vida trabalharam ou com máquinas nas fábricas, ou com enxadas no campo que, com o maior cuidado, transportavam os "bíbaros e alacraus" para sítios protegidos e os cobriam com terra húmida para que o sol não lhes secasse a pele.

E o que eu aprendi com aquela boa gente... e também o que eu lhes ensinei...

Se gosto muito de escavar com as minhas equipas universitárias, muitas saudades tenho dos tempos em que escavámos a Anta da Cabeçuda, a das Castelhanas, a da Figueira Branca, a da Bola da Cera, a dos Pombais ou o Menhir da Água da Cuba.



De operários fabris, camponeses ou estudantes do secundário, rapidamente se transformaram em exímios arqueólogos. Recordo com saudade o episódio das landes que apareciam durante a escavação da Anta da Cabeçuda: "*Stor*, estão a aparecer landes torradas, não será melhor guardar?" Dizia cá para comigo, esta *Ti Maria* não pode apanhar tanto sol. "*Stor*, continuam a aparecer landes torradas, não será melhor guardá-las?" e respondia eu: "Então não vê que estamos debaixo de uma sobreira, houve para aí algum incêndio e os coelhos levaram para o interior as landes...". Passados alguns minutos volto a ouvir: "*Stor*, olhe que já são muitas e estas até estão ao pé de um machado, não será melhor guardar algumas?". "Pronto, vamos lá fazer a vontade à *Ti Maria*!" Guardaram-se quatro landes. Nesse ano o I.P.A.R. ofereceu algumas bolsas para datação por radiocarbono. Como não tinha mais matéria orgânica para mandar datar, resolvi enviar uma lande carbonizada, não esperando qualquer resultado útil. Passados alguns meses chega o



certificado de datação do laboratório: ICEN-976: $3720 \pm 45\text{BP}$, 2274 - 2252 cal BC. Pois, a *Ti Maria* tinha razão, as landes eram mesmo do 3º milénio antes de Cristo e seriam, no nosso atual entender, oferendas fúnebres aos mortos ali enterrados. Das quatro landes, uma foi para datação, ficou destruída, outra foi para o Museu de Marvão e as outras duas guardam-se na Universidade de Évora, tendo percorrido já várias

exposições como documentos únicos da grande antiguidade do montado alentejano. Afinal a *Ti Maria*, porque as minhas simpáticas "colegas" a todas eu tratava por *Ti Marias*, é que tinha razão. Hoje arrependo-me de não ter recolhido todas as landes torradas.

Foi uma década única, onde todos aprendemos muito. Com as minhas *Ti Marias*, com o *Ti Cavaco*, com o *Ti Cachatra*, com o *Ti Tonho Trigueiro* e com o engenho e arte do António Oliveira a operar a retro-escavadora, aprendemos a fazer milagres e a repor as antas em pé. Era o Chefe Caldeira o encarregado geral da câmara, a quem todos obedecíamos, porque ele sabia mesmo do ofício. Se a todos eu obrigava a não matar os animalitos que aparecessem na escavação e nunca ninguém foi picado, ao Sr. Caldeira nunca consegui convencer a deixar sobreviver *alacrau*, centopeia ou *bíbaro*. A todos os que lhe aparecessem ele punha a bota em cima... Contudo, como era o encarregado e poder tinha, eu resmungava, mas tinha que me calar. Quis o destino que, passados anos, o Chefe Caldeira viesse a falecer da picada de uma víbora... a vida tem destas coisas!



Constituíram-se grandes equipas formadas por gente mais velha, alguns já próximos dos 70, como o *Ti Cavaco*, ou rapaziada novinha, como o Fernando Ramilo ou o Jaime Miranda. Se sob o escaldante sol de junho ou julho deste interior alentejano as constantes graçolas iam aguentando o esforço e o suor, quando algo aparecia, fosse machado, vaso ou ponta de seta, a festa ainda era maior. À hora da bucha do meio-dia, as marmitas de cada um circulavam entre todos. De quando em vez, e era quase todos os dias, alguém distraía-se e trazia um palhinhas de casa que, invariavelmente, até se acabar, corria de boca em boca.



O problema era o depois, quando o relógio nos informava que eram duas da tarde, hora de voltar a pegar no pico, na vassoura e na pá... mas o pior era o crivo. Aquele pó fininho que se escapava pela rede e que se colava à pele com a transpiração, sob um sol abrasador de 40ºe com a fermentação do tinto que o palhinhas tinha transportado, tornava a tarde tão longa e sobretudo sonolenta... mas, quando uma ponta de seta ou uma conta

de colar que tinha escapado ao escavador aparecia no crivo, era uma festa que rapidamente fazia esquecer a elevada temperatura.

O dia mais triste era o último. Era o da despedida. A equipa ia-se desfazer e a escavação, que tanto suor nos tinha feito correr, tinha que voltar a ser tapada. Aquela anta, aquele menhir ou a aquela necrópole faziam parte de nós, tínhamos lutado, suado e descoberto o nosso passado através daqueles testemunhos. Já não nos voltaríamos a alegrar com aqueles momentos únicos em que um vaso sai inteiro ou que aquela placa de xisto com os seus olhinhos redondos olhava para nós depois de mais de 5000 anos escondida sob a terra.



Entre 1980 e 1992, dirigimos ou codirigimos a escavação dos seguintes monumentos na área das freguesias de Santo António das Areias e Beirã: Menhir da Água da Cuba, Anta dos Pombais, Necrópole e Vila dos Pombais, Anta da Bola da

Cera, Anta da Cabeçuda, Anta das Castelhanas e Anta da Figueira Branca.



Nestas escavações participaram cerca de setenta pessoas das duas freguesias, não incluindo topógrafos e desenhadores externos. Seguramente que de alguns me vou esquecer e a quem, desde já, peço desculpa. A lista de nomes que apresento, por ordem alfabética, e alguns infelizmente já



não estão entre nós, são os que constam nos meus livros de campo das escavações realizadas nas freguesias a norte de Marvão entre 1980 e 1992. São estas as pessoas que, por diversas vicissitudes da vida, durante alguns meses, ajudaram, com esforço e empenho, a melhor conhecer o passado remoto da nossa terra. São estes os que durante algum tempo vestiram o papel de arqueólogo e falaram

com pedras e pó e com eles desvendaram segredos guardados há milhares de anos. Muito do que hoje sabemos do passado da nossa região a esta gente o devemos. Obrigado por me terem ajudado a redescobrir uma história milenar!

Agradeço a:

Abílio Baldeiras, Ana Carvalho Dias, Ana Cristina Roque, Ângela Picado dos Santos, Antero Ribeiro, António Batista Trigueiro, António Joaquim Jesus, António José Freire, António José Cária Mendes, António Machado, António Pires Cavaco, Carlos Falcão, Cláudio Jorge Gordo, Elisa Vaz Martins Nunes, Felismina Bugalhão, Fernando Andrade, Fernando Luz, Fernando Nicau, Fernando Ramilo, Fernando Vieira, Florival Gaspar, Francisca Cardinho Martins, Francisco Martins Carapeto, Glória Miranda, Glória Pinadas, Hermínia Morgado, Hermínio Felizardo, Inês Mota, Isabel Cristina Fernandes, Jacinta Conceição Martins, Jacinta Martins, Jaime Miranda, João Barradas, João Caldeira, João Manuel Carrilho, João Maria Marmelo, João Pires, João Oliveira, João Raposo Cachatra, Joaquim Manuel Bicho Serrano, Joaquim Manuel Raposo Mouzinho, Joaquim Manuel Serrano, Joaquim Marmelo, Joaquim Mateus Serigado, Joaquim Viegas, Jorge Forte de Oliveira, José António Cária





Mendes, José Forte de Oliveira, José Manuel Ramilo, José Maria Bengala, José Domingos Felizardo, José Joaquim Maravilhas, José Maria Bengala, Justina Martins, Manuel Alpina, Manuel José Antunes, Maria Antónia Carrilho, Maria da Conceição Nunes Firmino, Maria da Conceição Pires Firmino, Maria de Fátima Ramos, Maria Joana Silva de Jesus, Maria José Costa (?), Maria Júlia Sérvolo, Maria Marcelina Mota, Maria Margarida Viegas, Mário Gavancha, Paulo Nunes, Pedro Amador, Regina Delgado, Rui Felino, Teresa Amada Lourenço, Teresa Carrilho Costa Ramos e Vítor Pinadas.

Alguns anos mais tarde, em 1994, quando início a coordenação dos trabalhos de salvamento da Cidade Romana de Ammaia, é com espanto e alegre surpresa que vou voltar a encontrar algumas das minhas *Ti Marias*, que continuavam ainda apoiadas pelo Centro de Emprego e que, por força da sua ingrata situação, voltavam a ser a arqueólogas, agora do outro lado do concelho, em terras mais duras e a descobrir outras coisas. Agora já não procurávamos pontas de seta, contas de colar ou machados de pedra polida, agora a História conta-se com outros objetos. Procuravam-se sigilatas, cerâmicas comuns, moedas e pedras escritas... Toda outra formação tive que dar às minhas *Ti Marias* que, com a sua já avançada idade e apenas a 4^a classe, sabem mais de Arqueologia que muitos encanudados que por aí andam a dirigir escavações.

ANTA DA CABEÇUDA





ANTA DA FIGUEIRA BRANCA



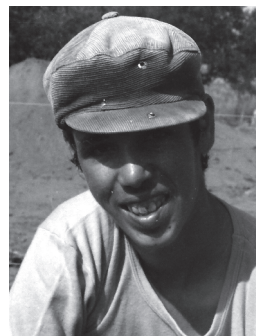
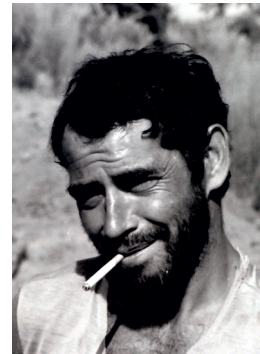


ANTA DAS CASTELHANAS



ANTA DOS POMBAIS





HERDADE DOS POMBAIS



MENHIR DA ÁGUA DA CUBA

